



SGD 2015 09049 000746

PROCESSO N° : 2015 3449 000038
UNIDADE GESTORA : 344900 – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2014
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 12/2015

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2014**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à **fl. 127**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **4,62%**, que se justifica pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de **R\$ 3.877.064,15**, e restos a pagar inscritos no valor de **R\$ 1.400.013,54**, conforme balanço financeiro, as fls. 128 a 129.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **85,91%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	49.201.216,00	43.238.817,84	87,88%
Despesa de Capital	2.664.509,00	1.319.648,49	49,53%
TOTAL	51.865.725,00	44.558.466,33	85,91%

Fonte: Anexo 2



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 – Recursos Ordinários	38.649.735,00	38.649.532,54	99,99%
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	149.000,00	149.000,00	100%
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	5.069.000,00	2.785.077,92	54,94%
229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis- Ester	200.000,00	139.159,09	69,58%
240 - Recursos Próprios	7.797.990,00	2.835.696,78	36,36%
TOTAL	51.865.725,00	44.558.466,33	85,91%

Fonte: Anexo11 por fonte

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de **3,84%**, que se justificou pela necessidade de cumprir as despesas com pessoal, em função de reajustes e admissão de concursados, ocorridos no exercício, conforme informado pela entidade à fl. 26.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 3.362.695,20**, somada à receita extra orçamentária no valor de **R\$ 48.812.885,98**, às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 39.136.449,77** e ao saldo financeiro remanescente, no valor de **R\$ 3.877.064,15**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 44.558.466,33**, extra orçamentárias no valor de **R\$ 47.592.350,88**, restando saldo de **R\$ 3.038.277,89** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 128 e 129.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 132, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **52,68%**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, almoxarifado e participação no capital de empresas, com o Passivo Permanente composto pela Dívida Fundada (parcelamento junto ao INSS) revela que o valor dos compromissos de longo prazo corresponde ao percentual de **12,48%**.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de **55,64%** em relação ao exercício anterior, devido à desincorporação de bens e diminuição das disponibilidades no período.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 9.860.935,55**, sendo que **R\$ 5.832.418,40**, são de bens móveis, **R\$ 3.156.712,84**, são de bens imóveis, **R\$ 180.909,91**, são bens em processo de localização, **R\$ 387.072,91**, são bens imóveis a cadastrar e **R\$ 278.105,60** de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis no valor de



R\$ 79.742,87, desvalorização de bens móveis na ordem de **R\$8.127,89**, e não houve registro de baixa de móveis, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às fls. 613 a 618.

3.5.4.1 Os bens móveis de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 5.128.421,60**, deste valor **R\$ 7.900,00**, são bens imóveis, **R\$ 5.030.077,85** são de bens móveis **R\$ 90.443,75** são bens móveis em processo de localização.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R\$ 490.675,30**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls.297 a 298.

3.6 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 2.317.957,64**, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento **R\$ 1.159.939,26**:

1 - **R\$ 20.195,34** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 1.139.743,92** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança **R\$ 1.158.018,38**

3.7 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R\$ 6.936.606,92**, correspondentes às inscrições em restos a pagar e valores não reclamados, entretanto, não está conciliada com o Demonstrativo da Dívida Flutuante, à fl. 134, em razão de não ter sido registrado o valor de **R\$ 5.498.934,79**, referente à outras obrigações.

3.8 O saldo inicial da conta "exigível a longo prazo" registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 159.237,94**, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2014 foi efetuado pagamento no valor de **R\$ 446.477,83** e incorporações de obrigações no montante de **R\$ 1.580.760,67**, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R\$ 1.293.520,78**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referente ao **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**, foram acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado por meio da utilização das técnicas de Controle Interno e com base nos Planos de Ação elaborados a partir do Planejamento Estratégico e da Matriz de Risco construída considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade / vulnerabilidade.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos, esses encaminhados à Controladoria Geral do Estado com base na IN CGE nº 001/2013, foi possível identificar falhas e indicar recomendações que passaram a ser observada pelo órgão em análise.



4.2 Com a aplicação da técnica de inspeção na modalidade acompanhamento da execução das ações definidas como prioritárias para o exercício de 2014, verificou-se necessidade de melhoria nos procedimentos para que se torne mais eficiente, em especial quanto à designação dos responsáveis, plano de execução, e relatórios de execução das referidas ações.

4.3 Ressalta-se, ainda, que além das atividades previstas no Plano de Ação, essa Controladoria, acompanhou por meio de sistema próprio, a execução do Plano Plurianual e do Orçamento, indicando adequações para a correta demonstração dos resultados, bem como adoção de medidas para o efetivo alcance das metas e objetivos previstos.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, no exercício em análise, conforme informado, pela área jurídica do Órgão.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 24 a 112**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 2.816/2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão/entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos: Agricultura e Pesca e Agricultura Familiar, e com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção do RURALTINS.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício, em análise, demonstra que 17 (dezessete) metas regionalizadas, das 35 previstas tiveram execução média de 74,47% em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, e 7 (sete) não tiveram nenhuma execução, indicando bom desempenho da instituição.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 4 (quatro) indicadores, dos quais 2 (dois) apresentaram um nível satisfatório para o órgão, embora os outros 2 (dois) não tenham sido apurados.



6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que, das 17 iniciativas, a entidade conseguiu entregar, à sociedade, 11 (onze) serviços de forma satisfatória, 5 (cinco) serviços de forma regular e 1(um) serviço não entregue, demonstrando um razoável grau de eficiência alcançado pela entidade.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 20 (vinte) ações orçamentárias, sendo 11(onze) de natureza atividade e 9 (nove) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência (68,75%), apesar da não realização física de 4 (quatro) e financeira de 5 (cinco) delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 5 (cinco) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **97,40%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R\$ 248.468,25**, conforme demonstrado no **Anexo 10**, à fl. 185, e houve transferência de recursos à municípios no valor de **R\$ 129.000,00**, referente a despesas de exercícios anteriores, à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, no valor de **R\$ 1.064.000,00**, conforme demonstrado no **Anexo 2**, à fl. 183.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 619 a 626**, um quantitativo de **746** servidores ativos, sendo que **146** servidores foram admitidos no exercício de 2014 por meio de concurso e **18** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Miyki Hyashida, Jonas Aires da Silva, Ezio Tranqueira silva, Quésia de Queiroz Silva Lacerda** e outros relacionados neste processo às fls. 04 e 05, **COM RESSALVAS** ao item 3.7 deste relatório.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2015.


Domingos Ferreira Curcino
Analista / Analista Técnico Administrativo

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.


SHALLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Ações de Controle Interno